

Superior Tribunal de Justiça

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.551.434 - SP (2019/0218416-8)

RELATOR : **MINISTRO MOURA RIBEIRO**
AGRAVANTE : SUL AMÉRICA SERVIÇOS DE SAÚDE S/A
ADVOGADO : JOSE CARLOS VAN CLEEF DE ALMEIDA SANTOS - SP273843
AGRAVANTE : MERCEDES-BENZ DO BRASIL LTDA
ADVOGADOS : LUCIANA GOULART PENTEADO - SP167884
DESIRREE DE SOUZA FRANCO - SP353833
AGRAVADO : EDSON VALERIO DA CONCEICAO
ADVOGADO : JOSÉ REINALDO LEIRA - SP153649

EMENTA

CIVIL. PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. **RECURSO MANEJADO SOB A ÉGIDE DO NCPC.** PLANO DE SAÚDE COLETIVO. MANUTENÇÃO DA ASSISTÊNCIA MÉDICA. EX-EMPREGADO DEMITIDO SEM JUSTA CAUSA. PERMANÊNCIA NO PLANO DE SAÚDE NAS MESMAS CONDIÇÕES QUANDO DA VIGÊNCIA DO PACTO LABORAL, DESDE QUE ASSUMA O PAGAMENTO INTEGRAL DA MENSALIDADE DO CONTRATO. LIMITAÇÃO TEMPORAL. POSSIBILIDADE. ART. 30, § 1º, DA LEI Nº 9.656/98. AGRAVO CONHECIDO. RECURSO ESPECIAL PROVIDO.

DECISÃO

EDSON VALÉRIO DA CONCEIÇÃO (EDSON) ajuizou ação de obrigação de fazer contra SUL AMÉRICA SERVIÇOS DE SAÚDE S.A. (OPERADORA) e MERCEDES-BENZ DO BRASIL LTDA. (MERCEDES-BENZ), pleiteando a sua permanência e de seus dependentes no plano de saúde coletivo de que era beneficiário, nas mesmas condições de cobertura existentes na vigência do seu contrato de trabalho.

Os pedidos foram julgados improcedentes (e-STJ, fls. 275/280).

O Tribunal bandeirante rejeitou a preliminar e deu provimento ao recurso de apelação interposto por EDSON, em acórdão assim ementado:

CERCEAMENTO DE DEFESA - Inadmissibilidade - Elementos suficientes para o convencimento do juiz - Desnecessidade de outras provas - Preliminar rejeitada.

OBRIGAÇÃO DE FAZER - Manutenção em plano de saúde coletivo - Improcedência do pedido - Inconformismo - Acolhimento - Autor que se aposentou após a extinção do contrato de trabalho - Pretensão de ser mantido com seus dependentes no seguro saúde ao qual aderiu em razão do vínculo empregatício -

Superior Tribunal de Justiça

Legislação em vigor que autoriza a manutenção do aposentado no plano de saúde, após dez anos de contribuição, nas mesmas condições de que gozava na vigência do contrato de trabalho, desde que assuma a integralidade das prestações mensais, sem exigir que a aposentadoria ocorra durante a vigência do contrato de trabalho - Autor que trabalhou na empresa por 24 anos - Inteligência do art. 31 da Lei nº 9.656/98 - Valor da mensalidade a ser apurado na fase de liquidação - Sentença reformada para determinar a manutenção do autor e seus dependentes no contrato de saúde, devendo o valor da mensalidade ser apurado na fase de liquidação - Recurso provido.

Preliminar rejeitada e recurso provido (e-STJ, fl. 344).

Os embargos de declaração opostos foram rejeitados (e-STJ, fls. 412/414 e 419/421).

Inconformada, MERCEDES-BENZ interpôs recurso especial com fulcro no art. 105, III, *a*, da CF, sob o fundamento de ofensa aos arts. 30 e 31, ambos da Lei nº 9.656/98, argumentando, em suma, que EDSON já não possui direito à manutenção do plano de saúde após sua demissão, pois o seu tempo de permanência já se esgotou por não gozar da condição de aposentado na época, o que lhe dá o direito de permanência de, no máximo 24 meses, no plano de saúde. Afirmou que os valores mensais das mensalidades não foram acolhidos, apesar de não serem abusivos (e-STJ, fls. 385/395).

As contrarrazões foram apresentadas por EDSON (e-STJ, fls. 427/434).

O Tribunal bandeirante inadmitiu o apelo nobre (e-STJ, fls. 436/437).

MERCEDES-BENZ interpôs agravo em recurso especial, sustentando a ofensa aos dispositivos de lei federal, bem como a inaplicabilidade da Súmula nº 7 do STJ. Afirmou que houve usurpação de competência por parte do Tribunal bandeirante (e-STJ, fls. 442/452).

A contraminuta não foi apresentada (e-STJ, fl. 473).

É o relatório.

DECIDO.

A insurgência não merece prosperar.

De plano, vale pontuar que o presente recurso foi interposto contra decisão publicada na vigência do NCPC, razão pela qual devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma nele prevista, nos termos do Enunciado Administrativo nº 3, aprovado pelo Plenário do STJ na sessão de 9/3/2016:

Superior Tribunal de Justiça

Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC.

Da alegada usurpação de competência no juízo de admissibilidade do recurso especial

Inicialmente, quanto ao juízo de admissibilidade, é relevante afirmar que o Tribunal paulista, ao realizá-lo, atendeu perfeitamente aos ditames legais, estando em perfeita consonância com a Súmula nº 123 do STJ.

Ressalte-se que o referido juízo é bifásico, ou seja, o primeiro juízo realizado no Tribunal de origem não tem o condão de vincular a decisão de admissibilidade do STJ, a qual é soberana àquele.

Desta forma, não há usurpação de competência do Tribunal de origem ao incursionar no mérito do especial.

Confirmam-se precedentes:

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PRESSUPOSTOS DE ADMISSIBILIDADE ATENDIDOS. ANÁLISE DE MÉRITO DO ESPECIAL. CONTROLE BIFÁSICO. APELAÇÃO. 514, II, DO CPC. ATENDIMENTO.

1. O juízo de admissibilidade do recurso especial é bifásico e, como tal, a decisão proferida pelo tribunal de origem não vincula esta Corte, que tem competência plena para verificar, novamente, o preenchimento dos pressupostos recursais.

2. O exame de mérito do apelo nobre já traduz o entendimento de que foram atendidos os requisitos extrínsecos e intrínsecos de sua admissibilidade, inexistindo necessidade de pronunciamento explícito a esse respeito.

3. "A reprodução, na apelação, dos argumentos já lançados na petição inicial ou na contestação não é, em si, obstáculo bastante para negar conhecimento ao recurso" (AgRg no AREsp nº 175.517/MS, Relator Ministro Sidnei Beneti, Terceira Turma, DJe 27/6/2012).

4. Agravo regimental não provido.

(AgRg no AREsp 489.138/SP, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, Terceira Turma, julgado em 16/9/2014, DJe 26/9/2014)

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO EM RECURSO

Superior Tribunal de Justiça

ESPECIAL. INTEMPESTIVIDADE. SÚMULA 216/STJ. JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE BIFÁSICO. STJ NÃO VINCULADO.

(...)

2. O juízo de admissibilidade do recurso especial é bifásico. A decisão proferida pelo Tribunal de origem não vincula o Superior Tribunal de Justiça na aferição dos pressupostos de admissibilidade do recurso especial. Isso porque compete a esta Corte, órgão destinatário do recurso especial, o juízo definitivo de admissibilidade. Precedentes.

3. "A tempestividade de recurso interposto no Superior Tribunal de Justiça é aferida pelo registro no protocolo da secretaria e não pela data da entrega na agência do correio." (Súmula 216/STJ).

4. O recurso mostra-se manifestamente infundado, a ensejar a aplicação da multa prevista no artigo 557, § 2º, do CPC.

5. Embargos de declaração recebidos como agravo regimental a que se nega provimento, com aplicação de multa.

(EDcl no AREsp 289.109/MG, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, Quarta Turma, julgado em 15/5/2014, DJe 21/5/2014)

Da alegada ofensa aos arts. 30 e 31, ambos da Lei nº 9.656/98

Insurge-se MERCEDES-BENZ alegando que EDSON já não possui direito à manutenção do plano de saúde após sua demissão, pois o seu tempo de permanência já se esgotou por não gozar da condição de aposentado na época. Afirmou que EDSON teve o direito de permanência de, no máximo, 24 meses no plano de saúde.

O Tribunal bandeirante assim se manifestou acerca da questão:

Pois bem. O art. 31 da Lei 9.656/98 é claro ao estabelecer: "Ao aposentado que contribuir para produtos de que tratam o inciso I e o § 1º do art. 1º desta Lei, em decorrência de vínculo empregatício, pelo prazo mínimo de dez anos, é assegurado o direito de manutenção como beneficiário, nas mesmas condições de cobertura assistencial de que gozava quando da vigência do contrato de trabalho, desde que assuma o seu pagamento integral".

Ou seja, tal dispositivo legal garante ao segurado aposentado a possibilidade de manutenção do contrato nas mesmas condições de cobertura assistencial de que gozava quando da vigência do contrato de trabalho, desde que assuma o pagamento integral do prêmio e preencha as exigências temporais.

Verifica-se, portanto, que a lei não exige que a aposentadoria ocorra durante a vigência do contrato de trabalho. A lei fala em manutenção das condições de que gozava na vigência do contrato

Superior Tribunal de Justiça

de trabalho.

No caso, o autor preenche todos os requisitos necessários, pois trabalhou na empresa Mercedes Benz do Brasil Ltda. de 1.2.1991 a 12.11.2015 (v. fls. 20), tendo requerido sua aposentadoria em 1.3.2016 (v. fls. 22), não restando dúvidas de que faz jus ao benefício estabelecido na citada lei.

Ora, esses fatos foram reconhecidos pelo MM.

Juízo, a despeito da improcedência do pedido, daí sobrevindo o cabimento do pedido de manutenção no plano de saúde (e-STJ, fls. 346 – sem destaque no original).

Tem-se que EDSON não estava aposentado na data da extinção do contrato de trabalho aos 12/11/2015, o que faz colher a aplicação do art. 30 da Lei n. 9.656/98.

Esta Corte pacificou o entendimento de que *o § 1º, do art. 30, da Lei 9.656/98 estabelece prazo mínimo de 6 (seis) meses e máximo de 24 (vinte e quatro) meses para a permanência do empregado exonerado/demitido sem justa causa permanecer no plano ou seguro saúde ao qual estava ligado durante período em que mantinha o vínculo empregatício* e que, por isso, *a prorrogação compulsória da permanência por tempo superior ao prazo máximo de 24 (vinte e quatro) meses, não encontra amparo legal* (REsp nº 1.078.991/DF, Rel. Ministro MASSAMI UYEDA, Terceira Turma, DJe 16/6/2009).

Nesse sentido, vejam-se os seguintes julgados:

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO REGIMENTAL NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO ESPECIAL. 1. ALEGAÇÃO DE OMISSÃO QUANTO A FATO EXPRESSAMENTE RECONHECIDO NO ACÓRDÃO RECORRIDO (DEMISSÃO DO TRABALHADOR ANTES DA SUPERVENIÊNCIA DE SUA APOSENTADORIA). RECONHECIMENTO. 2. SUPRESSÃO DA OMISSÃO. NECESSIDADE. ATRIBUIÇÃO DE EFEITOS INFRINGENTES. POSSIBILIDADE, NESSE CASO. 3. RECONHECIDO, PELAS INSTÂNCIAS ORDINÁRIAS, COM ESTEIO NOS ELEMENTOS FÁTICO-PROBATÓRIOS, DE MODO UNÍSSONO E PEREMPTÓRIO, QUE A EXTINÇÃO DO VÍNCULO EMPREGATÍCIO DEU-SE EM RAZÃO DA DEMISSÃO (VOLUNTÁRIA) DO TRABALHADOR, E NÃO, COMO ALEGADO, POR APOSENTADORIA. CORRETA A APLICAÇÃO DO ART. 30 DA LEI N. 9.656/1998, QUE LIMITA A MANUTENÇÃO DO PLANO DE SAÚDE PELO PERÍODO DE ATÉ 24 (VINTE E QUATRO) MESES. PRECEDENTES. 4. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO

Superior Tribunal de Justiça

ACOLHIDOS, COM EFEITOS INFRINGENTES PARA DAR PROVIMENTO AO RECURSO DA OPERADORA DE PLANO DE SAÚDE E NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO ESPECIAL DO DEMANDANTE.

1. Não se pode deixar de reconhecer a omissão do órgão julgador, pois, a despeito de instado em mais de uma oportunidade, deixou de explicitar, como seria de rigor, no que teria se baseado para concluir que o contrato de trabalho, para efeito de aplicação do art. 30 ou do art. 31 da Lei n. 9.656/1998, teria se encerrado em razão da aposentadoria do segurado, quando as instâncias ordinárias, diversamente, de modo uníssono e peremptório, afirmaram que a extinção do vínculo laboral deu-se em razão da demissão (sem justa causa) do empregado.

2. Reconhecido o aludido vício de julgamento, a supressão da omissão, na hipótese dos autos, autoriza a concessão de efeitos infringentes aos aclaratórios.

3. A controvérsia estabelecida nos presentes autos, para efeito de aplicação do art. 30 ou do art. 31 da Lei n. 9.656/1998, está em saber o modo pelo qual o contrato de trabalho extinguiu-se, se pela aposentadoria ou se pela demissão sem justa causa do trabalhador.

3.1 Sobre a questão, as instâncias ordinárias foram uníssonas em concluir, com fulcro nos elementos fático-probatórios reunidos nos autos, que o demandante aderiu ao plano de demissão voluntária antes de sua aposentadoria, o que, de fato, enseja a aplicação do art. 30 da Lei n. 9.656/1998.

3.2 Por consectário, tem-se não se afigurar possível, sem o descabido revolvimento da matéria fático-probatória, em absoluta inobservância do enunciado n. 7 da Súmula do STJ, acolher a argumentação expendida por José Vicente da Silva, em seu recurso especial, de que "já era aposentado na época de sua demissão, conforme carta de concessão juntada aos autos".

3.3 Logo, a conclusão adotada pelo Tribunal de origem, que reconheceu a aplicação do art. 30, caput, da Lei n. 9.656/1998, para tal hipótese, não comporta censura. O § 1º desse dispositivo legal garante ao empregado demitido sem justa causa o direito de manter sua condição de beneficiário em plano de saúde coletivo, nas mesmas condições de cobertura assistencial de que gozava quando da vigência do contrato de trabalho, desde que assuma o seu pagamento integral, pelo período mínimo de 6 (seis) meses e máximo de 24 (vinte e quatro) meses. Precedentes.

4. Embargos de declaração acolhidos, para, suprimindo os vícios de julgamento apontados, conferir-se-lhes efeitos infringentes, a fim de dar provimento ao agravo regimental interposto pela operadora de Plano de Saúde e, por consequência, negar provimento ao recurso especial do demandante.

(EDcl no AgRg nos EDcl no REsp 1.447.220/SP, Rel. Ministro

Superior Tribunal de Justiça

MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Terceira Turma, julgado em 20/8/2019, DJe 26/8/2019 – sem destaques no original)

AGRAVO INTERNO NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER. PLANO DE SAÚDE COLETIVO. DEMISSÃO SEM JUSTA CAUSA. PRAZO ESTABELECIDO NO ART. 30 DA LEI 9.656/98. MÍNIMO DE 6 (SEIS) MESES E MÁXIMO DE 24 (VINTE E QUATRO) MESES PARA A PERMANÊNCIA DO EMPREGADO. DECISÃO MANTIDA. RECURSO DESPROVIDO.

1. "Quando há a demissão imotivada do trabalhador, a operadora de plano de saúde deve lhe facultar e aos dependentes a prorrogação temporária do plano coletivo ao qual haviam aderido, contanto que arquem integralmente com os custos das mensalidades, não podendo superar o prazo estabelecido em lei: período mínimo de 6 (seis) meses e máximo de 24 (vinte e quatro) meses. Incidência do art. 30, caput e §§ 1º e 2º, da Lei nº 9.656/1998" (REsp 1.525.109/SP, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, julgado em 04/10/2016, DJe de 18/10/2016; AgInt no REsp 1.431.852/SP, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 18/10/2018, DJe de 25/10/2018).

2. Agravo interno não provido.

(AgInt nos EDcl no REsp 1.341.740/SP, Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, Quarta Turma, julgado em 21/5/2019, DJe 5/6/2019 – sem destaque no original)

PLANO DE SAÚDE E DIREITO DO CONSUMIDOR. RECURSO ESPECIAL. APRECIÇÃO ACERCA DE VIOLAÇÃO À RESOLUÇÃO. DESCABIMENTO. RELAÇÃO JURÍDICA MATERIAL. CONSUMO. REEXAME DE PROVAS. IMPOSSIBILIDADE. ARTIGO 30 DA LEI 9.656/98. NORMA AUTO-APLICÁVEL, QUE PRESCINDE DE REGULAMENTAÇÃO.

1. O artigo 30 da Lei 9.656/98 confere o direito, após a cessação do vínculo laboral do autor, de ser mantido nas mesmas condições de cobertura assistencial de que gozava durante a vigência de seu contrato de trabalho, desde que assuma o pagamento integral da contribuição.

2. O autor despendia R\$ 110,75 (cento e dez reais e setenta e cinco centavos) pela assistência médico-hospitalar, e o empregador arcava com R\$ 166,13 (cento e sessenta e seis reais e treze centavos), totalizando R\$ 276,88 (duzentos e setenta e seis reais e oitenta e oito centavos). Com a mudança para outro plano, com pior cobertura, dentro do período em que o consumidor tinha direito a ser mantido no plano primevo, passou a pagar R\$ 592,92 (quinhentos e noventa e dois reais e noventa e dois centavos), não

Superior Tribunal de Justiça

se podendo admitir que o tenha feito espontaneamente.

3. Os denominados deveres anexos, instrumentais, secundários ou acessórios revelam-se como uma das faces de atuação ou operatividade do princípio da boa-fé objetiva, sendo nítido que a recorrente faltou com aqueles deveres, notadamente os de lealdade; de não agravar, sem razoabilidade, a situação do parceiro contratual; e os de esclarecimento; informação e consideração para com os legítimos interesses do parceiro contratual.

4. Os artigos 6º, incisos III, IV, V, 46, 51, incisos I, IV, XV, parágrafos 1º e 2º do Código de Defesa do Consumidor e 16, inciso IX, da Lei 9.656/98 impõem seja reconhecido o direito de o autor permanecer no Plano em que se enquadrava, com as mesmas condições e cobertura assistencial, no período subsequente ao rompimento de seu vínculo empregatício com o Banco.

5. Todavia, como o artigo 30, § 1º, da Lei 9.656/98 impõe a manutenção do ex-empregado como beneficiário do plano de saúde, contanto que assuma o pagamento integral, pelo período máximo de 24 meses e, no caso, por força de antecipação dos efeitos da tutela, o autor permanece no denominado "Plano Associado" desde o ano de 2003, não pode ser mais imposto à ré a manutenção do recorrido naquele Plano.

6. Recurso especial parcialmente provido.

(REsp nº 925.313/DF, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, Quarta Turma, DJe 26/3/2012 (sem destaques no original))

Na hipótese, o caso subsume na previsão contida nos termos do art. 30, §1º, da mencionada lei, que assim dispõem:

Art. 30. Ao consumidor que contribuir para produtos de que tratam o inciso I e o § 1º do art. 1º desta Lei, em decorrência de vínculo empregatício, no caso de rescisão ou exoneração do contrato de trabalho sem justa causa, é assegurado o direito de manter sua condição de beneficiário, nas mesmas condições de cobertura assistencial de que gozava quando da vigência do contrato de trabalho, desde que assuma o seu pagamento integral. (Redação dada pela Medida Provisória nº 2.177-44, de 2001)

§ 1º O período de manutenção da condição de beneficiário a que se refere o caput será de um terço do tempo de permanência nos produtos de que tratam o inciso I e o § 1º do art. 1º, ou sucessores, com um mínimo assegurado de seis meses e um máximo de vinte e quatro meses. (Redação dada pela Medida Provisória nº 2.177-44, de 2001)

§ 2º A manutenção de que trata este artigo é extensiva, obrigatoriamente, a todo o grupo familiar inscrito quando da

Superior Tribunal de Justiça

vigência do contrato de trabalho.

§ 3º Em caso de morte do titular, o direito de permanência é assegurado aos dependentes cobertos pelo plano ou seguro privado coletivo de assistência à saúde, nos termos do disposto neste artigo (sem destaques no original).

Com efeito, a melhor interpretação do art. 30 da Lei nº 9.656/98, impõe que seja reconhecido o direito do beneficiário e de seus dependentes de permanecerem no plano em que se enquadrava, com as mesmas condições e cobertura assistencial, no período subsequente a sua demissão, durante o período de 24 meses após a data de extinção do contrato de trabalho.

Assim, o acórdão recorrido não deve subsistir, porquanto em desconformidade com a orientação firmada nesta Corte Superior, de que deverá o beneficiário ser mantido no plano de saúde (com a mesma cobertura assistencial da ativa), apenas pelo período de 24 meses, condicionado ao pagamento da contraprestação estabelecida no regramento.

Nessas condições, com fundamento no art. 1.042, § 5º, do NCPC, c/c o art. 253 do RISTJ (com a nova redação que lhe foi dada pela Emenda nº 22 de 16/3/2016, DJe 18/3/2016), **CONHEÇO** do agravo para **DAR PROVIMENTO** ao recurso especial para restabelecer a sentença.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília, 08 de outubro de 2019.

Ministro MOURA RIBEIRO

Relator